



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE - FURG
PROGEP/DDP - COORDENAÇÃO DE SELEÇÃO, INGRESSO E
DESLIGAMENTO



EDITAL Nº 2, DE 07 DE MARÇO DE 2025

A Universidade Federal do Rio Grande - FURG torna público o presente edital de concurso público, para provimento de cargo da carreira de servidor Técnico-Administrativo em Educação, a ser realizado de acordo com o inciso II do art. 37 da Constituição Federal, Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, Lei nº 11.091, de 12 janeiro de 2005, Decreto nº 9.739, de 28 de março de 2019, Instrução Normativa ME nº 2, de 27 de agosto de 2019, Portaria ME nº 10.041, de 18 de agosto de 2021, Deliberação nº 91/2017 – COEPEA, disposições do Estatuto e do Regimento Geral desta Universidade e demais regulamentações complementares, conforme disposto a seguir.

1 . DO CARGO, VAGA, REQUISITOS PARA INGRESSO, REMUNERAÇÃO, JORNADA DE TRABALHO SEMANAL, DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO CARGO E DO LOCAL DE EXERCÍCIO

Cargo Nº do processo	Requisito para ingresso	Vagas ampla concorrência	Vagas reservadas para negros	Vagas reservadas para pessoas com deficiência
Assistente em Administração 23116.002172/2025-82	Ensino médio profissionalizante ou ensino médio completo	5	1	1

Remuneração inicial: R\$3.029,90 e auxílio alimentação no valor de R\$1.000,00. O servidor fará jus aos percentuais de incentivo à qualificação e à progressão, na forma da Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005.

Jornada de trabalho: 40 horas semanais.

Nível de classificação: D

Descrição sumária do cargo: Dar suporte administrativo e técnico nas áreas de recursos humanos, de administração, de finanças e de logística; atender a usuários, fornecendo e recebendo informações; tratar de documentos variados, cumprindo todo o procedimento necessário referente a eles; preparar relatórios e planilhas; executar serviços das áreas de escritório. Assessorar nas atividades de ensino, de pesquisa e de extensão.

Localidade de exercício: O candidato aprovado será nomeado e lotado em quaisquer dos *Campi* da FURG, nas cidades de Rio Grande, Santa Vitória do Palmar, São Lourenço do Sul ou Santo Antônio da Patrulha, conforme necessidades e prioridades da instituição. O candidato aprovado dentro do quantitativo de vagas previsto neste Edital será consultado e poderá optar pela nomeação considerando os *Campi* disponíveis para lotação. Os candidatos habilitados, com classificação superior ao número de vagas ofertadas neste Edital, poderão ser convocados e lotados em quaisquer dos *Campi* da Universidade, sem prévia consulta ao candidato.

2. DA PARTICIPAÇÃO DE PESSOAS NEGRAS

2.1. Das vagas disponíveis neste Edital, e das que forem criadas ou disponibilizadas durante o prazo de validade do concurso, 20% (vinte por cento) serão providas nos termos do art. 1º da Lei nº 12.990, de 9 de junho de 2014.

2.2. Caso a aplicação do percentual de que trata o item 2.1 deste Edital resulte em número decimal, este será elevado até o primeiro número inteiro subsequente, em caso de fração igual ou maior que 0,5; ou diminuído para o número inteiro imediatamente inferior, em caso de fração menor que 0,5.

2.3. Conforme o § 1º do art. 1º da Lei nº 12.990, de 2014, a reserva imediata de vagas será aplicada sempre que o número de vagas oferecidas no concurso público for igual ou superior a 3 (três) para cada cargo.

2.4. O candidato interessado em se autodeclarar preto ou pardo deverá assinalar, no campo “cor de pele/raça” da ficha de inscrição, a condição de preto ou pardo, valendo essa informação como autodeclaração, de

responsabilidade exclusiva do próprio candidato, devendo este responder pelas consequências em caso de informação falsa.

2.5. O candidato que se autodeclarar preto ou pardo indicará em campo específico, no momento da inscrição, se deseja concorrer às vagas reservadas.

2.6. O candidato autodeclarado preto ou pardo, se classificado, será submetido, obrigatoriamente, antes da homologação do resultado final do concurso ao procedimento de heteroidentificação, que será realizado por comissão criada especificamente para esse fim.

2.7. A comissão designada para o procedimento de heteroidentificação considerará os aspectos fenotípicos verificados, obrigatoriamente, na presença do candidato.

2.8. Para esse fim, será considerado fenótipo o conjunto de caracteres visíveis do indivíduo, em relação à sua constituição.

2.9. A heteroidentificação será realizada após a divulgação das notas finais obtidas pelos candidatos classificados.

2.10. A relação dos candidatos que deverão comparecer para a heteroidentificação será divulgada por meio de Edital publicado no endereço eletrônico <http://progep.furg.br/bin/edital/index.php>, junto ao edital do concurso público.

2.11. O candidato que não for reconhecido pela Comissão como preto ou pardo – cuja declaração resulte de erro, por ocasião de falsa percepção da realidade, não sendo, portanto, revestida de má-fé - ou aquele que não comparecer para a verificação, na data, no horário e no local, a serem estabelecidos em Edital específico para esse fim, continuará participando do concurso em relação às vagas destinadas à ampla concorrência.

2.12. O resultado da heteroidentificação será publicado no endereço eletrônico <http://progep.furg.br/bin/edital/index.php>, junto ao edital do concurso público.

2.13. O candidato autodeclarado preto ou pardo participará do concurso em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo da prova, à avaliação e aos critérios de aprovação, ao horário e ao local de aplicação da prova e à nota mínima exigida para classificação.

2.14. Os candidatos que tiverem sua autodeclaração confirmada pelo procedimento de heteroidentificação, classificados dentro do número de vagas oferecido à ampla concorrência não ocuparão as vagas reservadas às cotas raciais.

2.15. Em caso de desistência de candidato negro classificado, a vaga será preenchida pelo candidato negro posteriormente classificado.

2.16. Vagas oriundas de nomeações de candidatos que não tomaram posse, não serão consideradas como vagas novas.

3. DA PARTICIPAÇÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

3.1. Às pessoas com deficiência é assegurado o direito à inscrição nos Concursos Públicos para provimento de cargos cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência que possuem, de acordo com o inciso VIII do art. 37 da Constituição Federal e § 2º do Art. 5º da Lei nº 8.112, de 1990.

3.2. Consideram-se pessoas com deficiência as que se enquadrem nas categorias discriminadas no Art. 4º, do Decreto nº 3.298 de 20 de dezembro de 1999.

3.3. O candidato interessado em se inscrever no concurso como pessoa com deficiência deverá assinalar, no campo “deficiência” na ficha de inscrição, o tipo de deficiência e, obrigatoriamente, anexar laudo médico ou laudo de equipe multiprofissional e interdisciplinar que comprove a condição de deficiência nos termos do § 1º do art. 2º da Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015, e conforme exigências do inciso IV do art. 3º do Decreto nº 9.508, de 24 de setembro de 2018.

3.4. O laudo médico ou laudo de equipe multiprofissional deverá conter o nome do candidato, a espécie e o grau ou nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID), a identificação e assinatura do profissional responsável pela emissão do laudo e o número de registro no respectivo conselho profissional.

3.5. O laudo deverá estar digitalizado na íntegra, em boa qualidade e legível.

3.6. O não cumprimento dos itens 3.3, 3.4 e 3.5 acarretará a perda do direito de possível classificação na condição de pessoa com deficiência.

3.7. Das vagas disponíveis, neste Edital, e das que forem criadas ou disponibilizadas durante o prazo de validade do concurso, 10% (dez por cento) serão providas nos termos do § 2º do art. 5º da Lei nº 8.112, de 1990, e do Decreto nº 9.508, de 2018, e suas alterações.

3.8. Caso a aplicação do percentual de que trata o item 3.8 deste Edital resulte em número decimal, este será elevado até o primeiro número inteiro subsequente.

3.9. O candidato inscrito como pessoa com deficiência participará do concurso em igualdade de condições com os

demais candidatos, no que se refere ao conteúdo da prova, à avaliação e aos critérios de aprovação, ao horário e ao local de aplicação da prova e à nota mínima exigida para classificação.

3.10. O candidato inscrito como pessoa com deficiência, se classificado, será submetido, obrigatoriamente, antes da homologação do resultado final do concurso, à perícia médica realizada por junta médica oficial ou à instância equivalente indicada pela Progep.

3.11. O parecer da equipe médica terá decisão terminativa sobre a qualificação do candidato como pessoa com deficiência ou não, e a respectiva categoria conforme descrito no art. 4º do Decreto nº 3.298, de 1999.

3.12. O candidato que não for considerado com deficiência pela perícia médica continuará participando do concurso em relação às vagas destinadas à ampla concorrência.

3.13. Em caso de desistência de candidato com deficiência classificado, a vaga será preenchida pelo candidato com deficiência posteriormente classificado nessa condição.

3.14. Os candidatos com deficiência, aprovados dentro do número de vagas oferecidas à ampla concorrência, não preencherão as vagas reservadas a candidatos com deficiência.

3.15. Vagas oriundas de nomeações de candidatos que não tomaram posse ou que não entraram em exercício não serão consideradas como vagas novas.

4. DAS INSCRIÇÕES

4.1. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a tácita aceitação das normas e das condições estabelecidas neste Edital, em relação às quais não poderá alegar desconhecimento.

4.2. Os dados cadastrais informados, no ato da inscrição, e o pagamento do valor da inscrição são de responsabilidade exclusiva do candidato, que arcará com as consequências de eventuais erros e/ou falhas do não preenchimento ou do preenchimento incorreto de qualquer campo necessário à inscrição.

4.3. O documento de identidade indicado, no momento da inscrição, deverá atender ao estabelecido no item 5.4.

4.4. As inscrições serão realizadas das 9h do dia **17/03/2025** até às 23h59min do dia **07/04/2025**, exclusivamente pela Internet, no endereço eletrônico <http://progep.furg.br/bin/edital/index.php>, junto ao edital do concurso público, devendo o candidato seguir as orientações elencadas neste Edital e no *site* de realização da inscrição.

4.5. A FURG não se responsabilizará por solicitação de inscrição não recebida por motivo de ordem técnica de computadores, de falhas de comunicação, de congestionamento nas linhas de comunicação ou de outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados.

4.6. O valor da taxa de inscrição é de R\$ 90,00.

4.7. O pagamento da taxa de inscrição deverá ser feito até o dia **08/04/2025**, pagável em toda a rede bancária.

4.8. O valor da taxa de inscrição não será devolvido, exceto no caso de cancelamento do concurso por interesse da FURG.

4.9. O simples agendamento de pagamento da taxa de inscrição junto ao banco não configura a efetivação da inscrição e não será processado qualquer registro de pagamento em data posterior à indicada no documento para o pagamento da taxa de inscrição, não sendo de responsabilidade da FURG as inscrições não efetivadas por falta de pagamento; pagamentos que estejam em divergência com os valores estipulados neste Edital ou que não tenham sido feitos em favor do próprio candidato.

4.10. A inscrição somente será confirmada após a identificação eletrônica do pagamento ou da homologação da isenção da taxa de inscrição.

4.11. Isenção da taxa de inscrição

4.11.1. Poderá solicitar isenção do pagamento da taxa de inscrição o candidato que estiver inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), conforme Decreto nº 6.593, de 02 de outubro de 2008, e o candidato doador de medula óssea, conforme Lei nº 13.656 de 30 de abril de 2018.

4.11.2. Para o candidato a que se refere o Decreto nº 6.593, de 2008, a isenção deverá ser solicitada pelo candidato mediante preenchimento, na ficha de inscrição, do número do NIS e, para o candidato a que se refere a Lei nº 13.656, de 2018, o procedimento será anexar, na ficha de inscrição, o comprovante de doador de medula óssea, das 9h do dia **17/03/2025** até às 23h59min do dia **21/03/2025**. Não será aceita solicitação de isenção de pagamento de valor de inscrição encaminhada de outra forma ou em outro período.

4.11.3. A FURG consultará o órgão gestor do CadÚnico, responsável pela verificação da situação cadastral dos inscritos nos Programas Sociais do Governo Federal, para confirmar a veracidade das informações prestadas pelo candidato.

4.11.4. A declaração falsa sujeitará o candidato às sanções previstas em Lei, aplicando-se, ainda, o disposto no parágrafo único, do art. 10, do Decreto nº 83.936, de 06 de setembro de 1979.

4.11.5. A listagem das inscrições de isentos deferidas e/ou indeferidas será divulgada, no endereço eletrônico <http://progep.furg.br/bin/edital/index.php>, junto ao edital do concurso público, no dia **28/03/2025**.

4.11.6. Caberá ao candidato realizar consulta, no endereço eletrônico <http://progep.furg.br/bin/edital/index.php>, junto ao edital do concurso público, para verificar a sua situação com relação à isenção do pagamento da taxa de inscrição.

4.11.7. O candidato que não tiver seu pedido de isenção deferido, para ter sua inscrição homologada, deverá efetuar o pagamento da taxa devida, dentro do prazo estipulado no item 4.7.

4.12. Atendimento especial

4.12.1. O candidato que necessitar de algum tipo de atendimento ou de condição especial para a realização da prova teórica deverá assinalar, no campo correspondente na ficha de inscrição, anexando parecer emitido por equipe multiprofissional ou profissional especialista, com a justificativa para o atendimento especial, a fim de serem viabilizadas as possíveis condições especiais.

4.12.2. No caso de solicitação de atendimento especial para amamentação, não é necessário anexar parecer ou atestado emitido por equipe multiprofissional ou profissional especialista no momento da inscrição, entretanto a candidata deverá apresentar, no momento da realização das provas, a certidão de nascimento da criança para comprovar a idade limite de até 6 meses.

4.12.3. A candidata que estiver amamentando e solicitar condições para essa atividade deverá levar um acompanhante adulto que ficará em sala reservada para essa finalidade, ficando responsável pela guarda da criança. O acompanhante deverá respeitar as regras do certame, portanto estará proibido de utilizar aparelhos eletrônicos ou celulares no período em que permanecer dentro do prédio de aplicação das provas. A candidata terá o direito de proceder à amamentação, a cada intervalo de 2 (duas) horas, por até 30 (trinta) minutos, por filho. O tempo gasto pela candidata será compensado integralmente para a realização da prova.

4.12.4. A solicitação de condições especiais para a realização de prova será atendida obedecendo aos critérios de viabilidade e de razoabilidade.

4.12.5. O não atendimento ao subitem 4.12.1 ou 4.12.2 dispensa a FURG do provimento de condições especiais.

4.12.6. A listagem dos requerimentos deferidos e/ou indeferidos será divulgada no endereço eletrônico <http://progep.furg.br/bin/edital/index.php>, junto ao edital do concurso público, na ocasião da divulgação da homologação das inscrições.

4.13. Homologação das inscrições

4.13.1. A relação de inscrições homologadas será publicada, a partir de **15/04/2025**, no endereço eletrônico <http://progep.furg.br/bin/edital/index.php>, junto ao edital do concurso público.

4.13.2. Caberá ao candidato realizar consulta no endereço eletrônico indicado no item 4. [13.1, para verificar se sua inscrição foi devidamente homologada.](#)

4.13.3. O candidato que não tiver sua inscrição homologada não poderá realizar a prova.

5. DAS PROVAS E PROCEDIMENTOS PARA REALIZAÇÃO

5.1. O concurso consistirá de uma única prova objetiva, de caráter eliminatório e classificatório, composta de 50 questões objetivas, sendo 15 (quinze) questões de Língua Portuguesa, 15 (quinze) questões de Direito e Legislação, 10 (dez) questões de Informática e 10 (dez) questões de Raciocínio Lógico. Cada questão valerá 0,2 (zero, dois) pontos, totalizando 10 (dez) pontos. Cada uma das questões terá 5 (cinco) alternativas, das quais apenas uma será correta.

5.2. O programa e as referências bibliográficas estarão disponíveis em link específico junto a este Edital, no endereço eletrônico <http://progep.furg.br/bin/edital/index.php>, até o início das inscrições.

5.3. A prova teórica está prevista para ser realizada em **25/05/2025**, na cidade de Rio Grande/RS, sendo que a confirmação de data, de horário e de local será divulgada até **30/04/2025** no endereço eletrônico <http://progep.furg.br/bin/edital/index.php>, junto ao edital do concurso público.

5.4. Somente será admitido, na sala de prova, o candidato que estiver com sua inscrição homologada e portando documento original oficial de identificação, em formato físico, preferencialmente, o mesmo indicado na ficha de inscrição. Serão considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública – Institutos de Identificação; Corpos de Bombeiros Militares; cédula de identidade para estrangeiros emitida pelo Departamento de Polícia Federal; carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (ordens, conselhos); passaporte brasileiro (dentro do prazo de validade); certificado de reservista; carteiras funcionais do Ministério Público e da Magistratura; carteira de trabalho; carteira nacional de habilitação (somente o modelo expedido na forma da Lei nº 9503/97, dentro do prazo de validade); RNE – Registro Nacional de Estrangeiro. Não serão aceitas cópias, ainda que autenticadas.

5.5. O documento original oficial de identificação deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir, com clareza, a identificação do candidato.

5.6. Em caso de extravio do documento original oficial de identificação, para prestar a prova, o candidato deverá

apresentar o registro de ocorrência em órgão policial, com emissão máxima de sessenta dias da data de aplicação da prova, devendo preencher declaração e realizar a identificação de impressão digital junto à Comissão Central do Concurso Público.

5.7. O candidato deverá comparecer ao local da prova teórica munido de caneta esferográfica, em material transparente, com tinta preta ou azul escura.

5.8. Não será permitido, em qualquer hipótese, o ingresso de candidato ao local da prova após o fechamento dos portões.

5.9. Em hipótese alguma, os candidatos poderão prestar prova fora da data, do horário e do local pré-determinado.

5.10. É vedado o ingresso de candidatos em local de prova portando arma de qualquer natureza.

5.11. Não será permitido o ingresso ou a permanência de pessoas estranhas ao concurso público nos prédios e nas salas de aplicação das provas, após o início de sua realização.

5.12. Após ingresso no local de provas, os candidatos deverão dirigir-se imediatamente à sala de aplicação de prova, não sendo permitida a permanência nos corredores.

5.13. Depois de identificados e instalados em sala de prova, os candidatos que necessitarem ir ao sanitário somente poderão fazê-lo a partir do início da realização da prova.

5.14. Depois de identificados e instalados em sala de prova, os candidatos não poderão fazer uso de livros, de manuais, de impressos, de anotações, de máquinas calculadoras, de agendas eletrônicas ou similares, de telefone celular de qualquer tipo, de BIP, de MP3 *player* ou similar, de gravador ou de qualquer outro receptor de dados ou de mensagens, de qualquer tipo de controle remoto, de protetor auricular, de fones de ouvido, de prótese auditiva, de óculos com lentes escuras, de relógio, de boné, de chapéu, de lenços ou similares.

5.15. O candidato que necessitar usar prótese auditiva e não puder retirá-la, durante a realização da prova, deverá fazer a solicitação de atendimento especial, conforme item 4.12.

5.16. A FURG não se responsabilizará pelo extravio de quaisquer objetos ou valores trazidos pelos candidatos durante a prova. Recomenda-se, portanto, que cada candidato leve somente o material permitido à realização da prova.

5.17. No dia de realização da prova teórica, não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação, informações referentes ao seu conteúdo ou aos critérios de avaliação e de classificação.

5.18. A prova teórica terá duração de até 4 horas.

5.19. O horário de início e de final da prova será definido dentro de cada sala de aplicação, observado o horário para o fechamento dos portões; o tempo utilizado para a leitura pelos fiscais de sala das instruções aos candidatos e do tempo de duração total estabelecido no item anterior.

5.20. Durante a realização das provas, não será permitido qualquer tipo de comunicação entre os candidatos.

5.21. Os candidatos poderão ausentar-se do recinto de aplicação da prova teórica, somente depois de decorrida 1 hora e 30 minutos do seu início.

5.22. Após o início das provas, os candidatos não poderão fazer uso de quaisquer dispositivos eletrônicos relacionados no item 5.14 dentro do prédio de aplicação das provas.

5.23. Após o início das provas, poderão ser usados detectores de metais no acesso dos candidatos aos sanitários. O candidato que se negar a submeter-se a essa verificação será automaticamente eliminado.

5.24. O candidato portador de prótese metálica, prótese auditiva, marca-passos ou outros, caso não possa ser submetido à verificação por detector de metal deverá fazer a solicitação de atendimento especial, conforme item 4.12.

5.25. Ao terminarem a prova teórica, os candidatos entregarão, obrigatoriamente, ao fiscal de sala seu cartão-resposta devidamente assinado, podendo levar consigo o caderno de questões.

5.26. Ao final da prova teórica, deverão permanecer, no mínimo, dois candidatos na sala de prova. Assim, o penúltimo candidato deverá aguardar o último finalizar a prova para poder se retirar da sala.

5.27. A correção da prova teórica será realizada por processamento eletrônico, portanto serão consideradas somente as respostas registradas adequadamente no cartão-resposta.

5.28. Somente serão permitidos assinalamentos, no cartão-resposta, feitos com caneta esferográfica com tinta preta ou azul escura e não haverá substituição do cartão-resposta, por qualquer erro cometido pelo candidato.

5.29. Não será computada como correta, pelo processo de leitura ótica, a questão com mais de uma opção assinalada, sem opção assinalada, com rasura ou assinalada a lápis.

5.30. O candidato não deverá danificar, de qualquer forma, o seu cartão-resposta, sob pena de arcar com os prejuízos advindos da impossibilidade de realização do processamento da leitura ótica.

5.31. O gabarito da prova teórica será divulgado no endereço eletrônico <http://progep.furg.br/bin/edital/index.php>, junto ao edital do concurso público, em até 72 horas após sua aplicação.

5.32. O resultado da prova será divulgado no endereço eletrônico <http://progep.furg.br/bin/edital/index.php>, junto ao

edital do concurso público, onde constará a lista nominal dos candidatos aprovados, em ordem decrescente de classificação.

6. DAS IMPUGNAÇÕES E DOS RECURSOS

6.1. Os candidatos poderão apresentar impugnação fundamentada, com objetivo de arguir impedimento dos membros da Banca Examinadora nos casos de haver membro cônjuge, companheiro, convivente ou parente em linha reta ou colateral, consanguíneo ou afim, até o terceiro grau, de qualquer candidato; esteja litigando judicial ou administrativamente com qualquer candidato; tenha amizade íntima ou inimizade notória com qualquer candidato; mantenha ou tenha mantido, no interregno de 2 (dois) anos anteriores à publicação deste Edital, vínculos de natureza acadêmica com qualquer candidato inscrito.

6.2. A impugnação, devidamente fundamentada, deverá ser realizada, por meio eletrônico, no endereço <http://progep.furg.br/bin/edital/index.php>, junto ao edital do concurso público, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis a contar da divulgação da homologação das inscrições, no horário das 0h01min do primeiro dia às 23h59min do último dia.

6.3. O candidato poderá interpor recurso fundamentado, exclusivamente, por meio eletrônico, no endereço <http://progep.furg.br/bin/edital/index.php>, junto ao edital do concurso público, dispondo de 1 (um) dia útil após a divulgação do pedido de isenção do pagamento da taxa de inscrição; da homologação das inscrições; da divulgação sobre o atendimento especial; do gabarito preliminar da prova teórica; do resultado preliminar do concurso e do resultado da heteroidentificação, no horário das 0h01min às 23h59min.

6.4. Para o recurso relativo às questões de provas, o candidato deverá indicar, com precisão, a questão a ser revisada, fundamentando, com lógica e consistência, seus argumentos e, se necessário, instruídos com material bibliográfico incluído como anexo.

6.5. Recursos inconsistentes serão indeferidos.

6.6. Não será aceito recurso de outra forma que não a citada neste Edital.

6.7. A resposta ao recurso do pedido de isenção do pagamento da taxa de inscrição será divulgada no endereço eletrônico <http://progep.furg.br/bin/edital/index.php>, junto ao edital do concurso público, até **04/04/2025**. Os demais recursos serão analisados, e as respectivas decisões serão divulgadas em <http://progep.furg.br/bin/edital/index.php>, junto ao edital do concurso público, a partir do quarto dia útil contado do prazo final de interposição do recurso.

6.8. Se do julgamento do(s) recurso(s) resultar anulação de questão(ões), a pontuação correspondente à(s) questão(ões) anulada(s) será atribuída a todos os candidatos.

6.9. Em nenhuma hipótese serão aceitos pedidos de revisão dos resultados publicados após a análise de recursos ou recurso referente ao gabarito definitivo. O direito de petição fica assegurado, sem efeito suspensivo.

6.10. A FURG não se responsabilizará por recurso não recebido por motivo de ordem técnica de computadores, de falhas de comunicação, de congestionamento nas linhas de comunicação ou de outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados.

7. DA CLASSIFICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO

7.1. Para classificação, o candidato deverá atingir a nota mínima de 6 (seis) pontos na prova e estar classificado no limite de acordo com a tabela a seguir, conforme o previsto no Decreto 9.739/2019.

Número máximo de classificados – ampla concorrência	20
Número máximo de classificados – negros	6
Número máximo de classificados – pessoas com deficiência	3

7.2. Os candidatos não classificados no número máximo acima indicado, ainda que tenham atingido nota mínima, estarão automaticamente desclassificados no concurso público.

7.3. Não havendo candidatos classificados para atender aos quantitativos dos números máximos reservados para pessoas com deficiência e autodeclarados pretos ou pardos, será ampliado o número máximo de classificados para ampla concorrência, até o limite de 29 (vinte e nove) classificados.

7.4. Nenhum dos candidatos empatados na última posição de classificação de aprovados será considerado aprovado.

7.5. A classificação final dos candidatos obedecerá à ordem decrescente da nota final.

7.6. Será publicada a listagem dos candidatos classificados conforme item 7.1.

7.7. O resultado final do concurso será homologado por edital publicado no Diário Oficial da União, onde constará a classificação e a nota final dos candidatos classificados.

7.8. No caso de igualdade no resultado final entre candidatos, os critérios de desempate serão realizados pela seguinte ordem: tiver idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos até o último dia de inscrição neste concurso,

conforme o parágrafo único do art. 27 do Estatuto do Idoso, e candidato com a maior idade.

7.9. A nomeação dos candidatos aprovados respeitará os critérios de alternância e de proporcionalidade, que consideram a relação entre o número total de vagas e o número de vagas reservadas a candidatos com deficiência e a candidatos autodeclarados pretos ou pardos.

8. DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1. Todos os horários para este concurso obedecerão ao horário oficial de Brasília – DF.

8.2. Será excluído do concurso o candidato que:

- a) fizer, em qualquer documento, declaração falsa ou inexata;
- b) provocar tumulto, no local de aplicação da prova, agir com incorreção ou descortesia com qualquer pessoa da equipe encarregada da aplicação das provas, com a comissão central ou com candidato participante do processo;
- c) for responsável por falsa identificação pessoal;
- d) utilizar ou tentar utilizar meios fraudulentos para obter aprovação própria ou de terceiros, em qualquer fase do concurso público;
- e) não entregar o material das provas ao término do tempo destinado para a sua realização;
- f) retirar-se do recinto de prova durante a sua realização, sem a devida autorização;
- g) descumprir as instruções contidas no caderno de questões e no cartão-resposta;
- h) não atender às determinações regulamentares da PROGEP.

8.3. A aprovação no concurso público assegurará apenas a expectativa de direito à nomeação, ficando a concretização desse ato condicionada à observância das disposições legais pertinentes, da rigorosa ordem de classificação, do prazo de validade do concurso.

8.4. A nomeação dos candidatos aprovados dar-se-á no Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas (Lei 8.112, de 1990).

8.5. Após a publicação do edital de homologação do resultado final no Diário Oficial, o candidato aprovado dentro do quantitativo de vagas previsto no edital, poderá abdicar do direito de classificação para constar na última posição da lista de classificados, devendo manifestar expresso interesse por meio do preenchimento de um termo, que deverá ser solicitado pelo e-mail progep.csid@furg.br. As solicitações serão atendidas na ordem de recebimento do termo corretamente preenchido.

8.6. O candidato que, após a sua nomeação, solicitar a reclassificação para a última posição da lista de classificados, terá a sua nomeação tornada sem efeito e publicada no Diário Oficial da União, ocasião em que também será divulgada a sua opção de reclassificação no concurso.

8.7. Ao assumir o cargo, será exigida disponibilidade de horário, compatível com as necessidades da FURG, sendo observadas as normas legais referentes à acumulação de cargos e de empregos públicos.

8.8. Os documentos referentes aos requisitos para ingresso serão exigidos somente para investidura no cargo.

8.9. O candidato nomeado será submetido ao exame de saúde admissional que o avalie como apto para o cargo.

8.10. O candidato deverá manter atualizados os dados cadastrais informados na ficha de inscrição, enquanto o concurso público estiver em validade, sendo de sua responsabilidade os prejuízos decorrentes da não atualização dessas informações.

8.11. A qualquer tempo, poder-se-ão anular a inscrição, as provas, a nomeação e a posse dos candidatos, desde que verificada a falsidade em qualquer declaração e/ou qualquer irregularidade nas provas ou nos documentos apresentados.

8.12. O prazo de validade deste concurso público é de 2 (dois) anos, contados da data da primeira publicação do edital de homologação do concurso público no Diário Oficial da União, prorrogável por igual período no interesse da administração da Universidade.

8.13. Não serão fornecidas informações e documentos pessoais de candidatos a terceiros, em atenção ao disposto no art. 31 da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

8.14. Não serão fornecidos atestados, cópias de documentos, certificados ou certidões relativas ao desempenho de candidatos reprovados.

8.15. Incorporar-se-ão a este Edital, para todos os efeitos, quaisquer editais complementares deste concurso que vierem a ser publicados pela FURG, bem como as disposições e as instruções contidas no endereço eletrônico <http://progep.furg.br/bin/edital/index.php>, junto ao edital do concurso público; na ficha de inscrição; no caderno de provas; no cartão-resposta e nos demais expedientes pertinentes.

8.16. É da inteira responsabilidade do candidato acompanhar a publicação de todos os atos, editais e comunicados referentes a este concurso público no Diário Oficial da União ou no endereço eletrônico <http://progep.furg.br/bin/edital/index.php>, junto ao edital do concurso público.

8.17. A FURG poderá, a qualquer momento, rever a classificação dos candidatos, se decorrente de irregularidade

apurada ou de equívoco administrativo, revogar, parcial ou totalmente, este concurso, por conveniência administrativa, e deverá anulá-lo, parcial ou totalmente, por vício, por irregularidade insanável ou por ilegalidade.
8.18. Os casos omissos serão analisados e resolvidos pela PROGEP.

Márcio Luís Soares de Brito
Pró-Reitor de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas



Documento assinado eletronicamente por **Marcio Luis Soares de Brito, Pró-Reitor**, em 07/03/2025, às 13:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.furg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&acao_origem=documento_conferir&lang=pt_BR&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0365615** e o código CRC **B13DF6AD**.

Referência: Caso responda este documento Edital, indicar o Processo nº 23116.002172/2025-82

SEI nº 0365615



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE – FURG
PRÓ-REITORIA DE GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS – PROGEP
DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS – DDP



CRONOGRAMA DE ATIVIDADES DO CONCURSO - EDITAL Nº 2 / 2025

Atividades	Início	Término
Publicação do edital, banca examinadora, cronograma, programa das provas e referências bibliográficas	10/03/2025	-
Período de inscrições	17/03/2025	07/04/2025
Período de envio de atestados para atendimento especial	17/03/2025	07/04/2025
Período para solicitação de isenção de pagamento da taxa de inscrição	17/03/2025	21/03/2025
Publicação da relação de candidatos isentos do pagamento da taxa de inscrição	28/03/2025	-
Período para interposição de recurso contra indeferimento do pedido de isenção da taxa de inscrição	31/03/2025	-
Publicação do resultado dos recursos	04/04/2025	-
Data limite para pagamento da taxa de inscrição	08/04/2025	-
Publicação das inscrições homologadas e atendimento especial	15/04/2025	-
Período para interposição de recurso contra homologação das inscrições (geral e cotas) e atendimento especial	16/04/2025	-
Período para pedidos de impugnação da banca examinadora	16/04/2025	17/04/2025
Publicação do resultado dos recursos contra homologação das inscrições, atendimento especial, cotas e impugnação de banca	25/04/2025	-
Publicação da confirmação de data, horário e locais de prova	30/04/2025	-
Aplicação das provas	25/05/2025	-
Divulgação do gabarito preliminar	26/05/2025	-
Período para interposição de recurso contra o gabarito	27/05/2025	-
Publicação do gabarito definitivo	02/06/2025	-
Publicação do resultado preliminar	16/06/2025	-
Período para interposição de recurso contra o resultado preliminar	17/06/2025	-
Chamada pública para o procedimento de heteroidentificação e perícia médica	24/06/2025	-
Publicação do resultado do procedimento de heteroidentificação e da perícia médica	14/07/2025	-
Período de recurso contra o resultado da heteroidentificação	15/07/2025	-
Publicação do resultado final da heteroidentificação	21/07/2025	-
Publicação do resultado final do concurso	21/07/2025	-



PROGRAMA E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS DO EDITAL Nº 2 / 2025

ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO

LÍNGUA PORTUGUESA

PROGRAMA

1. Compreensão e interpretação de textos:
 - 1.1 Identificação do tema, da ideia principal e das ideias secundárias de textos verbais e/ou não verbais;
 - 1.2 Significação contextual das palavras: sinônimos, antônimos, homófonos, homógrafos, parônimos;
 - 1.3 Denotação e conotação;
 - 1.4 Figuras de linguagem;
 - 1.5 Coerência e coesão textual; e
 - 1.6 Estabelecimento de relações de ideias entre textos ou em um mesmo texto.
- 2 Identificação dos sentidos construídos nos textos por meio da verificação dos seguintes recursos linguísticos contextualizados:
 - 2.1 Pontuação;
 - 2.2 Classes de palavras;
 - 2.3 Funções sintáticas;
 - 2.4 Flexão nominal e verbal;
 - 2.5 Sintaxe de concordância, de regência e de colocação;
 - 2.6 Coordenação e subordinação; e
 - 2.7 Relações sintáticas e semânticas no texto.

REFERÊNCIAS

- BECHARA, Evanildo. **Moderna Gramática Portuguesa**. 39 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.
- CASTILHO, Ataliba Teixeira de. **Nova Gramática do Português Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2010.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo**. 5. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2008.
- GARCIA, Othon Moacyr. **Comunicação em Prosa Moderna**. 27 ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2010.
- NEVES, Maria Helena de Moura. **Gramática de usos do português**. 2. ed. São Paulo: Ed. UNESP, 2011.

RACIOCÍNIO LÓGICO

PROGRAMA

- 1 Noções de raciocínio lógico;
- 2 Operações lógicas sobre proposições;
- 3 Construção de tabelas-verdade;
- 4 Tautologia, contradições e contingências;
- 5 Implicação lógica;

- 6 Equivalência lógica;
- 7 Álgebra das proposições;
- 8 Conjuntos; e
- 9 Quantificadores.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Sérgio; CAMPOS, Weber. **Raciocínio Lógico Simplificado** - Vol. I. JUSPODIVM Editora, 2021.

CUNHA, Francisco Gêvane Muniz. **Lógica e Conjuntos**. Fortaleza, 2008. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/429767/2/Logica%20e%20Conjuntos%20-%20Livro.pdf>. Acesso em: 5 mai 2022.

ALENCAR FILHO, Edgard de. **Iniciação à lógica matemática**. São Paulo: NBL Editora, 2002.

DIREITO E LEGISLAÇÃO

PROGRAMA

1 Constituição Federal (a legislação citada inclui todas as alterações concluídas até 31/12/2024):

- 1.1 Dos Direitos e Garantias Fundamentais (Título II: artigos 5º a 17);
- 1.2 Da Organização do Estado (Título III: artigos 18 a 43);
- 1.3 Da Ordem Social (Título VIII: artigos 193 a 232).

2 Direito Administrativo (a legislação citada inclui todas as alterações concluídas até 31/12/2024):

- 2.1 Organização da Administração Federal (Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967);
- 2.2 Regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais (Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990);
- 2.3 Licitações e Contratos (Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021);
- 2.4 Processo Administrativo Federal (Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999);
- 2.5 Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal (Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994);
- 2.6 Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429, de 02 de junho de 1996);
- 2.7 Código Penal Brasileiro (Decreto-Lei nº 2.848/40: somente artigos 312 a 360);
- 2.8 Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011);
- 2.9 Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD (Lei 13.709, de 14 de agosto de 2018);
- 2.10 Direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública (Lei 13.460, de 26 de junho de 2017).

3 Direito Educacional (a legislação citada inclui todas as alterações concluídas até 31/12/2024):

- 3.1 Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB (Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996);
- 3.2 Lei da Política Nacional de Educação Ambiental (Lei 9.795/1999, de 27 de abril de 1999);
- 3.3 Lei do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (Lei 10.861, de 14 de abril de 2004);
- 3.4 Lei do Estágio (Lei 11.788, de 25 de setembro de 2014);
- 3.5 Programa de Combate à Intimidação Sistemática - Bullying (Lei nº 13.185, de 06 de novembro de 2015);
- 3.6 Estatuto da FURG: aprovado pela Resolução 031 de 23 de novembro de 2007 do Conselho Universitário. Aprovado pelo MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. PORTARIA 301, de 16 de abril de 2008;
- 3.7 Regimento Geral da FURG, aprovado pela Resolução nº 015 de 26/06/2009 do Conselho Universitário.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição Federal, de 5 de outubro de 1988** (atualizada). Brasília, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm. Acesso em: 12 fev. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994** (e alterações posteriores). Aprova o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal. Brasília, 1994. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d1171.htm . Acesso em: Acesso em: 12 fev. 2025.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967** (atualizado). Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências. Brasília, 1967. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0200.htm . Acesso em: Acesso em: 12 fev. 2025.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940** (atualizado). Brasília, 1940. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm . Acesso em: 12 fev. 2025.

BRASIL. **Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990** (atualizado). Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Brasília, 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8112compilado.htm . Acesso em: Acesso em: 12 fev. 2025.

BRASIL. **Lei nº 8.429, de 02 de junho de 1996** (e alterações posteriores). Dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências. Brasília, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8429compilada.htm . Acesso em: Acesso em: 12 fev. 2025.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996** (e alterações posteriores). Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394compilado.htm . Acesso em: Acesso em: 12 fev. 2025.

BRASIL. **Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999** (e alterações posteriores). Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal. Brasília, 1999. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9784.htm . Acesso em: Acesso em: 12 fev. 2025.

BRASIL. **Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Brasília, 1999. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm . Acesso em: Acesso em: 12 fev 2025.

BRASIL. **Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004** (e alterações posteriores). Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Brasília, 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm . Acesso em: Acesso em: 12 fev. 2025.

BRASIL. **Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2014**. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nºs 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Brasília, 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm . Acesso em: Acesso em: 12 fev. 2025.

BRASIL. **Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011** (e alterações posteriores). Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Brasília, 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm . Acesso em: Acesso em: 12 fev. 2025.

BRASIL. **Lei nº 13.185, de 6 de novembro de 2015**. Institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying). Brasília, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13185.htm . Acesso em: 12 fev. 2025.

BRASIL. **Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017**. Dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública. Brasília, 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13460.htm. Acesso em: 12 fev. 2025.

BRASIL. **Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018**. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Brasília, 2018. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13709compilado.htm. Acesso em: 12 fev. 2025.

BRASIL. **Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021** (e alterações posteriores). Lei de licitações e contratos administrativos. Brasília, 2021. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14133.htm. Acesso em: 12 fev. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE – FURG. **Resolução 031 de 23 de novembro de 2007 do CONSUN**. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. PORTARIA 301, de 16 de abril de 2008. Aprova o Estatuto da UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE– FURG. Rio Grande: FURG, 2007. Disponível em: <https://www.furg.br/arquivos/institucional/estatuto-furg-2019.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE – FURG. **Resolução 015, de 26 de junho de 2009 do CONSUN**. Institui o Regimento Geral da Universidade Federal do Rio Grande – FURG. Rio Grande: FURG, 2009. Disponível em: https://www.furg.br/arquivos/institucional/8RGFURGalterado_em_02082024.pdf. Acesso em: 12 fev. 2025.

INFORMÁTICA

PROGRAMA

1 Microinformática básica

- 1.1 Hardware básico e sua organização;
- 1.2 Unidades de medida de capacidade;
- 1.3 Dispositivos de entrada e saída.

2 Microsoft Office 365 (Excel, Word, PowerPoint, Teams e OneDrive)

- 2.1 Planilhas de cálculo, utilização de fórmulas básicas, importação e exportação de dados brutos (CSV), gráficos, formatação;
- 2.2 Processador de texto;
- 2.3 Gerador de apresentações;
- 2.4 Utilização do OneDrive;
- 2.5 Utilização do Microsoft Teams;
- 2.6 Utilização do Outlook.

3 Governo Digital

- 3.1 Conceito;
- 3.2 Credencial para acesso digital;
- 3.3 Principais serviços.

4 Internet (Uso)/ Internet das coisas (IoT) / E-mail / Navegadores

- 4.1 Internet das coisas: conceitos básicos e possibilidades de uso no serviço público;
- 4.2 E-mail: Conceitos básicos de utilização, recebimento e envio de mensagens, configuração de leitores, catálogo de contatos, agenda, utilização de filtros para mensagem;
- 4.3 Navegadores de internet: utilização, configuração, uso convencional e em modo anônimo, foco no Google Chrome;
- 4.4 Protocolos básicos de internet e sua utilização;
- 4.5 Certificados Digitais: conceitos básicos e utilização;
- 4.6 Netiqueta.

5 Sistemas Operacionais Windows 11 - Utilização e configuração básica

- 5.1 Área de trabalho;
- 5.2 Rede e internet;
- 5.3 Arquivos e armazenamento;
- 5.4 Segurança e defesa.

6 Computação em nuvem

- 6.1 Conceitos;
- 6.2 Infraestrutura básica;
- 6.3 Tipos de serviços.

7 Segurança da Informação

- 7.1 Soluções de Backup;
- 7.2 Identificação e proteção contra Spam;
- 7.3 Identificação de boatos na Internet;
- 7.4 Reconhecimento e entendimento para lidar com malwares;
- 7.5 Segurança em computadores e dispositivos móveis pessoais e de terceiros;
- 7.6 Segurança em Redes Sociais.

8 Proteção de Dados Pessoais

- 8.1 Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais
- 8.2 Boas práticas no tratamento de dados pessoais
- 8.3 Tratamento de dados pessoais no poder público

REFERÊNCIAS

Microinformática básica

MICROSOFT OFFICE: Excel, Word, PowerPoint, Teams e OneDrive:

MICROSOFT. **Excel**. [2025]. Disponível em: <https://support.microsoft.com/pt-br/excel> . Acesso em: 10 mar. 2025.

MICROSOFT. **Introdução ao OneDrive**. [2025]. Disponível em: <https://support.microsoft.com/pt-br/office/livro-eletr%C3%B4nico-introdu%C3%A7%C3%A3o-ao-onedrive-498739ec-8574-4439-9945-660a273966fa> . Acesso em: 10 mar. 2025.

MICROSOFT. **Microsoft Office**. [2025]. Disponível em: <https://learn.microsoft.com/pt-br/microsoft-365/?view=o365-worldwide> . Acesso em: 10 mar. 2025.

MICROSOFT. **Microsoft Office 365**. [2025]. Disponível em: <https://support.microsoft.com/pt-br/microsoft-365> . Acesso em: 10 mar. 2025.

MICROSOFT. **Microsoft OneDrive**. [2025]. Disponível em: <https://support.microsoft.com/pt-br/onedrive> . Acesso em: 10 mar. 2025.

MICROSOFT. **Microsoft Teams**. [2025]. Disponível em: <https://learn.microsoft.com/pt-br/microsoftteams/> . Acesso em: 10 mar. 2025.

MICROSOFT. **Microsoft 365**. [2025]. Disponível em: <https://www.microsoft.com/pt-br/microsoft-365/> . Acesso em: 10 mar. 2025.

MICROSOFT. **Outlook**. [2025]. Disponível em: <https://support.microsoft.com/pt-br/outlook> . Acesso em: 10 mar. 2025.

MICROSOFT. **Word**. [2025]. Disponível em: <https://support.microsoft.com/pt-br/word> . Acesso em: 10 mar. 2025.

VELLOSO, Fernando de Castro. **Informática: Conceitos Básicos**. Rio de Janeiro: Campus Editora, 2004.

Governo Digital

BRASIL. **Governo Digital**. Brasília, [2025]. Disponível em: <https://www.gov.br/governodigital/pt-br> . Acesso em: 10 mar. 2025.

BRASIL. **Governo Digital**: estratégia nacional. Brasília, [2025]. Disponível em: <https://www.gov.br/governodigital/pt-br/estrategias-e-governanca-digital/estrategianacional> . Acesso em: 10 mar. 2025.

BRASIL. **Governo Digital**: identidade. Brasília, [2025]. Disponível em: <https://www.gov.br/governodigital/pt-br/conta-gov-br/conta-gov-br/> . Acesso em: 10 mar. 2025.

BRASIL. **Governo Digital**: transformação digital. Brasília, [2025]. Disponível em: <https://www.gov.br/governodigital/pt-br/estrategias-e-governanca-digital/transformacao-digital> . Acesso em: 10 mar. 2025.

Internet (Uso)/ Internet das coisas (IoT) / E-mail / Navegadores

ANTISPAM. **Antispam**. [2025]. Disponível em: <https://www.antispam.br/> . Acesso em: 13 mar. 2025.

BIANCHI, Ludmila; NOGUEIRA, Teresinha. **O que é Netiqueta?** - como conviver em ambientes virtuais.

Educapes, 2018. Disponível em:

https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/206046/2/O%20que%20%C3%A9%20Netiqueta_educapes.pdf . Acesso em: 10 mar. 2025.

GOOGLE. **Suporte Google Chrome**. [2025]. Disponível em: <https://support.google.com/chrome/?hl=pt-BR#topic=7439724> . Acesso em 10 mar. 2025.

LEMOS, Christiane. **Dicas de Netiqueta**. Instituto Federal do Maranhão- CERTEC - EAD-UAB, [201-?].

Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/206361/2/Dicas%20de%20Netiqueta-Christiane.pdf> . Acesso em: 10 mar. 2025.

MAGRANI, Eduardo. **A internet das coisas**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018. Disponível em:

<https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/23898/A%20internet%20das%20coisas.pdf> . Acesso em 10 mar. 2025.

Sistemas Operacionais Windows 11. Utilização e configuração básica

MICROSOFT. **Windows**. [2025]. Disponível em: <https://www.microsoft.com/pt-br/windows/tips> . Acesso em 10 mar. 2025.

MICROSOFT. **Windows**. [2025]. Disponível em: https://support.microsoft.com/pt-br/office/rede-internet-1dd2ff2e-6509-4333-9772-549a84c5da8b#WindowsVersion=Windows_11 . Acesso em 10 mar. 2025.

MICROSOFT. **Windows**. [2025]. Disponível em: https://support.microsoft.com/pt-br/office/arquivos-e-armazenamento-9bf80d1c-fc20-43bb-a76a-13c4316ea442#WindowsVersion=Windows_11 . Acesso em 10 mar. 2025.

Computação em nuvem

MICROSOFT. **O que é computação em nuvens?** [2025]. Disponível em:

<https://azure.microsoft.com/pt-br/resources/cloud-computing-dictionary/what-is-cloud-computing> .

Acesso em 10 mar. 2025.

OPUS SOFTWARE. **Computação em Nuvem**: o que você realmente precisa saber? 1ª ed. São Paulo: Opus Software, 2016.

Segurança da Informação

BRASIL. Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos. **Instituto Nacional da Tecnologia da Informação - ITI**. Brasília, [2025] Disponível em: <https://www.gov.br/iti/pt-br> . Acesso em: 10 mar. 2025.

CERTISIGN. **O que é certificado digital e como usá-lo?** Certisign Blog, 2019. Disponível em:

<https://blog.certisign.com.br/o-que-e-certificado-digital/> . Acesso em: 10 mar. 2025.

CERT.BR. **Cartilha de segurança para a internet**. [2025]. Disponível em: <https://cartilha.cert.br/> .

Acesso em: 10 mar. 2025.

INTERNET SEGURA BR. [2025]. Disponível em: <https://internetsegura.br/> . Acesso em: 10 mar. 2025.

Proteção de Dados Pessoais

BRASIL. **Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018**. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Brasília, 2018. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13709compilado.htm. Acesso em: 12 fev. 2025.

BRASIL. **Lei nº 13.853, DE 8 DE JULHO DE 2019**. Altera a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, para dispor sobre a proteção de dados pessoais e para criar a Autoridade Nacional de Proteção de Dados; e dá outras providências. Brasília, 2019. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Lei/L13853.htm . Acesso em: 13 mar. 2025.

BRASIL. **Guia de Boas Práticas**: lei de proteção de dados (LGPD). Brasília, 2020. Disponível em: https://www.gov.br/governodigital/pt-br/privacidade-e-seguranca/guias/guia_lgpd.pdf . Acesso em: 10 mar. de 2025.

LANDERDAHL, Cristiane *et al.* **Guia orientativo**: tratamento de dados pessoais pelo poder público. ANPD – Autoridade Nacional de Proteção de Dados, Brasília, DF, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/anpd/pt-br/documentos-e-publicacoes/guia-poder-publico-anpd-versao-final.pdf> . Acesso em: 10 mar. 2025.